

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 35 – Juventudes, Velhices e Construções identitárias

Política, família e afetividade

Kimi Tomizaki (USP)

Maria Gilvania Valdivino Silva (USP)

Hamilton Harley de Carvalho-Silva (USP)

Resumo

Há uma tradição consolidada de pesquisas que se dedicaram a compreender como os indivíduos desenvolvem percepções, opiniões e posições sobre o mundo da política. Parte significativa dessa literatura destaca o protagonismo da família no processo de transmissão e assimilação dos comportamentos e opiniões sobre a política, que seria, assim, fortemente influenciado pela dimensão afetiva. Essa constatação é minimizada por outros autores que argumentam que as socializações primárias seriam “colocadas à prova” por renovados processos de socialização, sobretudo na juventude, sem negar, contudo, a importância do papel da família. Portanto, a juventude seria o período ao longo do qual valores e práticas assimilados no âmbito familiar seriam confrontados com novas experiências, que podem ser vivenciadas tanto em um plano microssocial (relações interpessoais de amizade, relacionamentos afetivos, vínculos associativos e religiosos), como também pelos desafios macrossociais, materializados em determinadas conjunturas políticas, econômicas e sociais. Esse processo, muitas vezes, pode resultar em situações de tensão e conflito entre velhos e jovens no que diz respeito aos valores e comportamentos admissíveis ou desejáveis, entre aqueles que se relacionam com as posições políticas dos indivíduos e grupos familiares. Nessa comunicação, pretendemos discutir o lugar dos afetos na constituição de posições políticas de diferentes gerações em famílias da classe trabalhadora em São Paulo.

Introdução

Essa comunicação pretende apresentar alguns aspectos de pesquisas que temos desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa “Educação, transmissão intergeracional e política”¹, especialmente no que tange ao papel destacado da família nos processos de transmissão, de uma geração a outra, de determinados modos de se conceber a relação com o “mundo da política”.²

A transmissão do modo de ser e se ver no mundo de uma geração a outra só é possível graças ao recurso à socialização, que nesse trabalho, será definida como o processo no qual ocorrem a transmissão e a aquisição das normas e códigos simbólicos, que possibilitam a constituição das identidades individuais e sociais, formadas na interação social. (DUBAR, 2005; ELIAS, 1994; BERGER e BERGER, 1975; BERGER e LUCKMANN, 2009; PERCHERON, 1993; LAHIRE, 2001). Embora a infância seja considerada o “período ideal” para a aquisição de normas e condutas, os avanços dos estudos sobre socialização permitiram dividir esse processo em duas grandes etapas: a socialização primária, que ocorre na infância e tem a família como a instância privilegiada para aprendizado e a integração social; e a socialização secundária, que perdura por toda a trajetória do indivíduo, ao longo da qual seriam assimilados normas e códigos apreendidos em outras instâncias socializadoras, tais como a escola e o trabalho, por exemplo (BERGER e BERGER, 1975; BERGER; LUCKMANN, 2009).

¹ O grupo, coordenado pela Profa. Kimi Tomizaki, reúne alunos de pós-graduação da área de Sociologia da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP (FEUSP). Nesse texto, laçaremos mão dos dados preliminares de uma pesquisa de doutorado desenvolvida por Maria Gilvania Valdivino Silva (FEUSP).

² A política será entendida nesse artigo como (i) a esfera ligada diretamente à administração do Estado; (ii) a esfera formada por aqueles que, de forma organizada, remetem-se ao poder institucionalizado, seja para apoiá-lo ou para questionar sua atuação e lutar pelos seus interesses; (iii) as manifestações contestatórias, artísticas e culturais que não necessariamente são organizadas, não se dirigem ao Estado, nem possuem uma pauta de reivindicações (SIMON, 1989; AÏT-AOUDIA et al., 2011).

Diante das múltiplas facetas e dimensões dos processos socializadores, temos nos dedicado a analisar, mais especificamente, os processos implicados na transmissão e aquisição de informações, percepções, sentimentos e preferências sobre a política, que incidem sobre a formação de representações, princípios, atitudes e comportamentos políticos. As primeiras investigações sobre socialização política remetem ao aumento do interesse em se investigar as funções de integração cívica da socialização e Herbert Hyman (1959) teria sido o primeiro autor a utilizar essa expressão. Nessa primeira fase de desenvolvimento do campo de estudos, o ambiente familiar e os períodos da infância e adolescência eram considerados como lócus absolutamente preponderantes no processo de aquisição de disposições políticas duráveis ao longo da vida dos indivíduos, consenso esse que não chegou jamais a ser derrubado no interior desse campo de estudos, embora também se considere o potencial formativo de outras instâncias. (HYMAN, 1959; OPPO, 2009).

Na Europa dos anos 1960, os estudos sobre socialização política ainda eram incipientes, o destaque foram os trabalhos desenvolvidos por Annick Percheron, reconhecida como a “fundadora” dessa área de pesquisa em seu país. A autora se debruçou sobre o universo político de crianças e adolescentes, analisando os processos de formação de uma dada maneira de compreender e atuar sobre os acontecimentos de ordem política, tendo como principais recursos metodológicos a aplicação de questionários e entrevistas; por meio dos quais procurou entender como se formavam as “concepções políticas e ideológicas” de crianças e adolescentes, com ênfase sobre o papel do meio em que estavam inseridos, sobretudo, as relações familiares. Segundo Percheron (1993, p. 8):

Socialização Política é uma dimensão de um processo maior, a construção da identidade social de qualquer indivíduo exigindo a aquisição de uma série de códigos simbólicos, normas ou condutas, que incluem atitudes e comportamentos políticos.

De acordo com Dubar (2005), a obra de Percheron se insere na continuidade de uma abordagem *piagetiana* dos fenômenos de socialização, porém, atualizando-a, ao fazer da identidade em construção um componente do pertencimento social. É a partir da problemática básica de que toda socialização seria resultado da acomodação e da assimilação que a autora desenvolve seu entendimento sobre socialização política. Assim, a socialização seria um processo interativo e multidirecional, ao longo do qual há uma transação entre socializado e socializadores em um processo contínuo e permanente (PERCHERON, 1993).

Ainda segundo Percheron (1993), todo e qualquer indivíduo é socializado politicamente, e ainda, todos seriam dotados de uma certa “competência política”. Tais competências foram classificadas em três tipos pela autora: i) a competência técnica, que diz respeito ao conhecimento sobre o funcionamento do sistema político; ii) a competência *strictu sensu*, que versa sobre a capacidade do indivíduo se situar no interior um eixo político-ideológico que vai das posições características de uma agenda da direita ou da esquerda; e iii) a competência social, que considera o interesse dos indivíduos por assuntos de ordem política (PERCHERON e MUXEL, 1985, PERCHERON, 1993).

A classificação das competências, ou níveis de apreensão e entendimento dos fenômenos de ordem política, constitui elemento importante para a objetivação do que foi apreendido e construído pelos indivíduos por meio do processo de socialização política e, evidentemente, isso está diretamente ligado aos capitais culturais, sociais e simbólicos de cada família que transmite, fortemente apoiadas nos laços de afeto, determinados quadros de percepção e avaliação da realidade.

A socialização política se insere num contexto global, que não considera apenas a família, embora reconheça sua fundamental importância (TOURNIER, 2010). No plano familiar, os pais, evidentemente, contribuem com a socialização política dos filhos, o que pode ocorrer de maneira direta ou indireta mas não de forma completamente autônoma, afinal, pertencem à determinada classe social e suas escolhas seriam condicionadas por diferentes elementos, o que, por sua vez, acabam influenciando direta ou indiretamente o comportamento e as escolhas políticas dos filhos (FUCKS, 2011).

No entanto, é preciso destacar que, apesar da importância fundamental da família no processo de socialização, o indivíduo está submetido a diversas outras instâncias socializadoras. Nesse sentido, é plausível conceber possibilidades de reconfigurações e até mesmo de alterações daquilo que fora apreendido no ambiente familiar. A socialização, como um processo não linear e que se desenvolve ao longo de toda a trajetória do indivíduo, abre a possibilidade de aquisição de diversas experiências em diferentes etapas da vida e nos diversos ambientes nos quais o indivíduo circula e realiza um movimento constante de acomodação e negociação entre os valores adquiridos na infância e as experiências pelas quais passa durante a vida, sempre marcadas pelo seu pertencimento a um dado grupo social. (MUXEL e PERCHERON, 1985; PERCHERON, 1993; LAHIRE, 2001; BERGER e LUCKMANN, 2004; BERGER & BERGER, 1975).

No Brasil, o desenvolvimento dos estudos sobre socialização política ocorreu, principalmente, na área de ciências políticas, em forte interlocução com o estudo da cultura política e, na literatura sobre o tema, o termo socialização política diz respeito ao processo de formação de atitudes políticas, ou, também, processo de interiorização da cultura política, por vezes, com enfoque geracional. (BAQUERO, 2010; SCHMIDT, 2000; FUKS, 2011 e 2014). Há ainda pesquisas que visam o entendimento e as condições para o fortalecimento do nosso sistema democrático (BAQUERO e BAQUERO, 2007; BAQUERO e GONZALEZ, 2011).

Entre os estudiosos brasileiros, destacamos Baquero e Baquero (2007), que também reconhecem a infância e adolescência como período ideal para aquisição de valores e crenças no que tange à política. Segundo esses autores, na adolescência já haveria um sistema de crenças bastante enraizado nos indivíduos, as modificações feitas a partir desse período da vida se dariam em função do contato com outras instâncias e a circulação em diferentes meios sociais, como por exemplo, a exposição aos meios de comunicação, novos grupos de pares e até mesmo, pelo impacto de acontecimentos macroconjunturais.

Apesar disso, é inegável que a família pode ser considerada como o “ponto de partida” dos processos de aquisição de valores, normas, atitudes e comportamentos políticos, o que aponta para uma agenda de pesquisa que investigue os modos como são transmitidas, assimiladas e transformadas, entre diferentes gerações, as ferramentas que permitem ler o mundo da política. O olhar fundamental sobre a importância da família nesse processo exige uma abordagem transgeracional, o que implica em uma visão diacrônica dos fenômenos políticos, pois é na família que são fixados os primeiros símbolos, os primeiros pontos de referência e até mesmo, as primeiras orientações ideológicas.

Das lógicas familiares de transmissão política

A pesquisa que deu origem a este artigo vem sendo realizada em um bairro popular de tradição operária, na cidade de São Bernardo do Campo, o bairro Ferrazópolis. A metodologia utilizada compreendeu abordagem qualitativa, por meio da realização de observações diretas ao longo dos períodos de campanha eleitoral de 2014 e continuada ao longo do ano de 2015, bem como, a realização de entrevistas em profundidade com núcleos familiares do bairro durante o ano 2016 e início de 2017. Além da metodologia quantitativa, lançamos mão do uso de técnicas quantitativas, por meio da realização de questionário com uma amostra da população do bairro, (311 questionários domiciliares) que versava sobre variáveis demográficas e questões sobre política.

Trata-se de uma pesquisa sobre a transmissão de diferentes modos de lidar com a política entre duas gerações de moradores desse bairro popular, na região do ABC Paulista. A primeira geração é composta por indivíduos nascidos entre 1940 e 1969, que migraram em direção à região do ABC em busca de melhores condições de vida e de trabalho e que participaram, ainda que de diferentes modos, da onda grevista deflagrada na região do ABC Paulista no final da década de 1970. A segunda geração diz respeito aos seus filhos, nascidos entre 1975 e 1996 que foram criados, socializados e escolarizados na região.

Assim, o presente estudo está pautado no questionamento central sobre a transmissão de determinadas maneiras de compreender e se relacionar com questões ligadas à política entre famílias de moradores do bairro Ferrazópolis, com atenção especial sobre os processos de socialização política. Nos interessa compreender a transmissão política entre as duas gerações analisadas, partindo do princípio de que não se trata um processo de mera reprodução de opiniões, comportamentos e atitudes, por outro lado também não incide sobre a ruptura total em relação aos pais (TOURNIER, 2010).

As trajetórias dos núcleos familiares acompanhados no bairro, (oito no total) do bairro apontam que as histórias de família carregam marcas como a origem social, as marcas de território e o contexto político no qual estão inseridas que, por sua vez, influenciam não somente suas trajetórias individuais e sociais, mas também, os modos de representação sociopolíticas e culturais em jogo no processo de transmissão (PERCHERON e MUXEL, 1988).

Como citado inicialmente, os primeiros estudos sobre socialização política, desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos estavam pautados na ideia de transmissão familiar de escolhas e preferências políticas e partidárias (PERCHERON, 1993; TOURNIER, 2010; SCHMIDT, 2000). Já na França, os estudos sobre a temática passaram a considerar elementos próprios das famílias, com forte ênfase para classe social de origem e a profissão dos pais, como elementos importantes do processo de transmissão e conseqüentemente, para a formação das identidades políticas desde a os primeiros anos de vida (PERCHERON, 1974 e 1993; TOURNIER, 2010).

Assim sendo, nossos dados nos permitem reafirmar a importância da família no processo de transmissão de valores, atitudes normas e comportamentos políticos, podendo ser classificadas entre transmissões de caráter “sólido e direto” e “poroso e indireto”. Desse modo, identificamos a existência de diferentes tipos de transmissão entre as gerações familiares acompanhadas em Ferrazópolis. Tais transmissões dependem de variáveis como a compreensão e o tipo de relação que os pais têm com a política (PERCHERON e MUXEL, 1985; PERCHERON, 1993). Além disso, outros fatores que influenciariam essas transmissões dizem respeito ao contexto

macrossocial no qual as famílias estariam inseridas, além do peso de acontecimentos históricos (IHL, 2002; TOURNIER, 2010).

Com base no que foi tratado pela literatura especializada sobre transmissão, elaboramos uma classificação dos tipos de transmissão colocados em prática pelas famílias analisadas que variam entre transmissões sólidas ou porosas, as quais caracterizamos principalmente pela existência ou não de elementos fundamentais que seriam capazes de conferir sucesso à transmissão política entre as gerações familiares, como os níveis de interesse por política e a existência de acordos e desacordos entre os pais (PERCHERON, 1993).

Assim sendo, entendemos por transmissões sólidas aquelas que ocorrem em famílias com um certo nível de engajamento político por parte dos pais, e que conta também com o interesse e a compreensão de um maior número de fatos, termos e questões propriamente políticas. No caso analisado, tratam-se de famílias nas quais os pais teriam algum tipo de militância partidária, sindical, de bairro ou o engajamento em organizações associativas diversas. Desse modo, os membros dessas famílias apresentam, além de uma compreensão um pouco mais apurada da política na esfera administrativa, o que é comumente atribuído à maiores níveis de escolaridade, mas que também é adquirido em meio à diferentes experiências de engajamento e participação política ao longo das trajetórias dos indivíduos membros grupos geracionais analisados.

Já as transmissões porosas ocorriam em grupos familiares em que há pouco interesse, entendimento e pouco ou nenhum engajamento dos pais em atividades políticas, ou em alguns casos, quando esse nível maior de interesse ocorre apenas por parte de um dos pais, algo muito comum entre as famílias do bairro, e que se dá principalmente do lado paterno. No que tange aos casos de desacordo político, a bibliografia consultada afirma que a mãe costuma possuir maior vantagem na transmissão, inclusive no que diz respeito às preferências políticas, pois diante das configurações de nossa sociedade, as mães acabam assumindo papel de destaque na educação das crianças (PERCHERON, 1974 e 1993; MUXEL e PERCHERON, 1985 e 1988; MUXEL, 2008).

Especificamente no que tange ao caso de Ferrazópolis, observamos que, diferente do que propunham os franceses, em muitos casos, as preferências

ideológicas entre os moradores não são completamente estruturadas, de modo que nem mesmo termos propriamente políticos como direita e esquerda são palpáveis ou compreendidos por parcela significativa dos moradores. Do mesmo modo, o significado da palavra ideologia, democracia ou outros termos propriamente políticos, são também compreendidos de modo difuso, o que não quer dizer que haja uma ausência de compreensão política entre esses indivíduos, ela só se apresenta, em alguns casos, de modo pouco estruturado. Vale citar que entre os moradores do bairro, a maior parte se trata de indivíduos pouco escolarizados, sobretudo no caso da primeira geração, a dos pais, ou que, no caso da segunda geração, fazem parte de um grupo em que a política não era o ponto preferencial do processo de escolarização. Além disso, há que se citar o fato de muitos dos moradores com os quais tivemos contato não se julgarem competentes para discutir assuntos relacionados à política e, ainda, no que tange ao tipo de engajamento e participação política vivenciado estar ligado à uma vivência cotidiana, sobretudo por parte dos membros da primeira geração que se engajaram em organizações religiosas, operárias e sindicais e, posteriormente, partidárias por meio do PT. Somando-se a todos esses elementos, ainda está o peso do atual contexto de crise e a falta de credibilidade de todo o sistema político partidário brasileiro.

Isto posto, entre as famílias analisadas, a transmissão política, mesmo quando mais sólida, acaba ocorrendo de um ponto de vista mais amplo e diz respeito à diferentes maneiras de entender e se relacionar com a política, como por exemplo, a compreensão sobre o papel do Estado, a importância e existência de movimentos coletivos e diferentes associações, a participação ou não nesses movimentos, algum entendimento sobre o sistema político administrativo, além é claro, da própria orientação do voto. Merece destaque também, a consideração do cenário político atual, de modo que os posicionamentos ou afastamentos em relação a esse universo estão marcados por um contexto de crise.

Nesses espaços de transmissão, rupturas e continuidades, em plena crise político-institucional, mas também de projeto de futuro profissional e escolar, a dimensão propriamente afetiva ganha um enorme destaque porque traz à luz os múltiplos laços que unem e separam as gerações, na medida em que trata-se de tempos que exigem solidariedade, compreensão e apoio mútuo, mas não

capazes de apagar as disputas, ressentimentos e conflitos inerentes às famílias, cuja posição política é construída nesse complexo jogo de afetos.

Referências Bibliográficas:

BARQUERO, M. Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo? In: **Em Debate**. Belo Horizonte, vol. 2, n. 7, pp. 6 – 10. Julho de 2010.

_____. E GONZALEZ, R. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opin. Publica* [online]. 2011

BERGER, P. e BERGER, B. **Socialização: como ser um membro da sociedade**. In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. (orgs.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006 [1975].

BERGER, P. L e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

DUBAR, C. **A socialização. Construção das identidades profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FUKS, M. PEREIRA, F. B. Informação e Conceituação A dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 26 nº 76 junho/2011.

FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: Trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. In: **Lua Nova**, São Paulo, 83: 145-178, 2011.

_____. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. In: **Opinião Pública**. Vol. 20, nº 3, dezembro, 2014, p. 425-449

HYMAN, H. **Political socialization: a study in the psychology of political behavior**. Glencoe: The Free Press, 1959.

IHL, Olivier. Socialisation et événements politiques. In: **Revue française de science politique**, 52 année, nº2-3, 2002. pp. 125-144

LAHIRE, B. **O homem plural**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

OPPO, A. Socialização política. In: BOBBIO et. al. **Dicionário de Política**. Vol. 2. 13ª edição. Brasília: Ed. UnB, 2009.

PERCHERON, A. Histoire d'une recherche. **Revue Française de Science Politique**. Paris: Vol. 44. n 1. pp 100-126, 1994.

_____. **La Socialization politique.** Paris: Armand Colin, 1993.

PERCHERON, A. MUXEL, A. Histoires politiques de famille. premières illustrations. **Life Stories/ Récits de Vie.** Paris: vol. 1, 1985.

_____. Histoires politiques de famille. premières illustrations. **Life Stories/ Récits de Vie.** Paris: vol. 4, 1988.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e Política nos anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil.** Tese de doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2000.

SIMON, M. Comportement politique. In: FERRÉOL, G. (dir.) **Dictionnaire de sociologie.** Paris: Armand Colin, 1989.